

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Governo corta sobretaxa na luz com nível baixo nos reservatórios.....	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Petrobras corta preço da gasolina e anuncia reajustes mais frequentes.....	4
Título: Nota.....	4
Título: Novas hidrelétricas na Amazônia podem prejudicar o ecossistemas.....	5
Título: Mudança em parque abre caminho para garimpo	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: Petrobrás reduz preço da gasolina na refinaria em 2,3%	9
Título: Raízen deve vencer leilão por duas usinas da Tonon	10
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	11
Título: Combustíveis: queda de até 5,8%.....	11
Título: Gasolina a R\$ 3,15 no DF	13
Título: Nota.....	14
Título: Universalizar a produção de energia elétrica é a saída	14

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: Governo corta sobretaxa na luz com nível baixo nos reservatórios**

Para consultoria, bandeira verde não reflete cenário do setor elétrico

Mesmo com o nível baixo dos reservatórios de água usados para a geração de energia por meio de hidrelétricas, e com termelétricas acionadas para dar mais segurança à distribuição, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) alterou a bandeira tarifária de junho, passando de vermelho para verde, sem qualquer custo adicional para o consumidor. A mudança foi considerada brusca e inesperada por especialistas do setor elétrico. Segundo estudo da consultoria Thymos Energia, a bandeira verde não reflete as condições de geração de energia elétrica no país.

A alteração ocorreu porque o sistema atual que define qual bandeira deve ser acionada em cada mês é muito sensível ao volume de chuvas registradas em algumas regiões nas semanas anteriores à definição da cor e não leva em conta o nível de armazenamento dos reservatórios das hidrelétricas, de acordo com estudo da Thymos Energia, que avaliou a situação dos reservatórios de água e a forma como o preço da energia é estabelecido.

— A operação continua ruim. O Brasil tem problema nos reservatórios e estamos apenas no início do período da seca. Mas deu uma chuva grande e o modelo de preço entendeu que estava tudo bem, o que não é verdade. Ou seja, a situação está ruim, mas a sinalização para o consumidor é que está boa — disse João Carlos Mello, presidente-executivo da Thymos Energia.

O sistema de bandeiras serve para indicar o custo real da energia gerada para os consumidores finais, possibilitando o uso consciente da energia elétrica. Quando a bandeira é verde, significa que o abastecimento é normal e, portanto, não há custo adicional para o consumidor na conta de luz. Se a bandeira é amarela, há um acréscimo de R\$ 2 ao valor a cada cem quilowatts-hora (kWh) consumidos.

Existem, ainda, dois patamares de bandeira vermelha, o 1 e o 2. No primeiro caso, o preço do serviço sobe R\$ 3 a cada cem kWh. No segundo, há acréscimo de R\$ 3,50.

Para a consultoria, o modelo de formação dos preços de energia não reflete a realidade da operação do sistema elétrico brasileiro e faz uma sinalização "pouco prudente" aos consumidores. Enquanto os reservatórios estão com pouca água e

outras fontes para geração de energia foram acionadas, a indicação sobre os preços caiu. Ou seja, os sinais para o consumidor estão trocados: gerar energia está caro, mas a indicação é que o sistema tem um custo normal. Gerar energia elétrica por meio de usinas termelétricas, além de mais caro, é mais poluente.

O custo da energia é calculado pelo chamado Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Esse índice desabou na última semana de maio, sem que houvesse uma melhora estrutural significativa na operação do setor — passando de R\$ 478 por megawatt hora (MWh) para R\$ 119 por MWh.

ANEEL VAI REVER METODOLOGIA

O PLD é obtido por meio de um cálculo no qual entram o total de chuvas, a carga de energia, os reservatórios e as termelétricas. O preço da energia caiu no fim de maio por causa da chuva acima da média na Região Sul. Mas o nível dos reservatórios usados para a produção de energia está, em média, 15% mais baixo que os registrados em 2016. — Se o reservatório está baixo, é sinal de que vamos ter que acionar termelétricas, que gastam mais. É por isso que se estranha que, em um curto período de tempo, a bandeira sai de vermelha para verde. Ao menos temos um sistema interligado que funciona bem — disse o especialista em energia elétrica Fernando Umbria, da consultoria LPS.

A situação mais grave de armazenamento nos reservatórios é no Nordeste. A barragem de Sobradinho, na Bahia, opera com apenas 12,86% da capacidade de armazenamento. Já o reservatório de Três Marias está com 28,9% do volume útil. E a tendência é piorar, já que o período seco está apenas começando. Essas barragens são importantes ainda para a economia da região, sendo usadas para consumo humano e sistemas de irrigação.

A mudança brusca nas bandeiras levou a Aneel a iniciar discussões internas para revisar, nos próximos meses, a metodologia que define o acionamento das bandeiras tarifárias. Desde abril, a bandeira acionada era a vermelha patamar 1 e especialistas apostavam que a bandeira vermelha continuaria até o fim do ano.

O diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, admite que o modelo de formação dos preços é sensível ao volume de chuvas dos dias anteriores à definição da bandeira e não é "tão ponderado" aos níveis de armazenamento. — A bandeira é um instrumento novo, relevante e bem-vindo, mas está sujeito a aperfeiçoamento. Em 2018 vamos fazer uma reflexão para aperfeiçoar a bandeira. E talvez uma variável que seja interessante é não prestar atenção só no regime de chuvas, mas no armazenamento.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona**Título: Petrobras corta preço da gasolina e anuncia reajustes mais frequentes**

A Petrobras anunciou nesta quarta (14) nova redução nos preços da gasolina e do diesel. O ajuste se dá 20 dias após os últimos cortes e já marca o início de mudanças na política de preços da estatal.

Desta vez, o valor de venda da gasolina pelas refinarias será reduzido em 2,3% e o do diesel, em 5,8%. Se o repasse for integral, diz a estatal, o preço da gasolina nos postos cairá 0,9% (ou R\$ 0,03 por litro). No caso do diesel, a queda será de 3,5% (R\$ 0,11 por litro).

De acordo com a empresa, a decisão foi tomada para responder à queda do preço do petróleo para a casa dos US\$ 46 por barril e a estabilização do câmbio em torno de R\$ 3,30 por dólar após a grande desvalorização provocada por incertezas políticas.

No último ajuste, no dia 25 de maio, os preços da gasolina e do diesel foram cortados em 5,4% e 3,5%, respectivamente. A queda foi questionada pelo mercado, por ter sido feita em um momento de alta do petróleo e desvalorização do real.

"Os novos preços continuam com uma margem positiva em relação à paridade internacional", afirmou a Petrobras em comunicado distribuído nesta quarta.

A empresa vinha realizando ajustes mensais, mas já anunciou que estudava rever a periodicidade por estar perdendo mercado para produtos importados.

Nesta quarta, informou que a decisão por aumentar a frequência foi tomada pelo Gemp (Grupo Executivo de Mercado e Preços), comitê interno que avalia os preços dos combustíveis.

Segundo a estatal, o grupo "iniciará a prática de ajustes de preços em períodos mais curtos, sem alterar a regra de formação de preços da atual política, para acomodar as volatilidades observadas no mercado internacional".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado / colunas****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Nota****Carona elétrica**

O grupo LDS, de locação de carros, deverá implantar um sistema de compartilhamento de veículos elétricos na cidade de São Paulo.

A rede, que será lançada em julho, vai operar via aplicativo: uma vez avaliado e cadastrado pela empresa, o cliente busca o veículo mais próximo em um mapa e é cobrado por tempo dirigido.

Até o fim deste ano, o grupo planeja investir R\$ 25 milhões do sistema –outros R\$ 80 milhões estão previstos para 2018, afirma o presidente, Leonardo Domingos.

"Os recursos virão de caixa próprio e de um fundo, que deverá comprar 30%, da operação em breve", diz.

Como a recarga de carros elétricos ainda não foi regulada, os pontos de abastecimento serão instalados com parceiros privados, em postos de gasolina e shoppings.

Por enquanto, 20 dos 60 carros já adquiridos são elétricos. Até novembro, a frota deverá crescer para cem.

500 carros deverá ter a frota do sistema até 2018

R\$ 28 milhões faturou a empresa com locação de veículos em 2016

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Ciências

Autor: Reinaldo José Lopes

Título: Novas hidrelétricas na Amazônia podem prejudicar o ecossistemas

Se forem em frente os atuais planos de construir centenas de hidrelétricas na Amazônia nas próximas décadas, o efeito dominó sobre todas as regiões banhadas pelo Amazonas e seus afluentes será imenso: muito menos nutrientes para os peixes e a floresta, um litoral menos produtivo e possíveis alterações climáticas que alcançariam até a América do Norte.

Esse prognóstico nada animador vem da primeira análise integrada do impacto das usinas no maior rio do mundo, conduzida por uma equipe internacional de pesquisadores e publicada na revista científica "Nature".

O grupo, que inclui cientistas do Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), da Universidade Federal do Amazonas e da Universidade do Texas em Austin (EUA), formulou um índice de vulnerabilidade dos rios amazônicos diante

das obras atuais e futuras e concluiu que dois importantes afluentes que atravessam o território brasileiro, o Madeira e o Tapajós, estão entre os que mais sofrerão (e, aliás, já estão sofrendo) com a febre das novas hidrelétricas.

Para o coordenador do estudo, o geólogo argentino Edgardo Latrubesse, da Universidade do Texas, não se trata de impedir a geração de energia na região, mas de levar em conta os impactos dela e pensar em modelos alternativos para a Amazônia.

"O plano de energia tem de ser um componente a mais do manejo integrado da bacia, não algo imposto de cima, que obriga todo mundo a correr atrás dos problemas gerados por essa imposição", diz Latrubesse, que trabalhou no Brasil durante quase duas décadas e é casado com uma brasileira. "Não dá para destruir o maior patrimônio fluvial do mundo de uma vez só, sem planejamento."

VULNERÁVEIS

A medida criada pelos pesquisadores, batizada com a sigla Devi (em inglês, "índice de vulnerabilidade ambiental a represas"), leva em conta três fatores. O primeiro tem a ver com a fragilidade de cada rio a mudanças no uso do solo em seu entorno (desmatamento, por exemplo), bem como o aumento da erosão e da chegada de poluentes à água. O segundo considera coisas como a quantidade de sedimentos normalmente carregados por certo rio, enquanto o terceiro leva em conta a proporção do curso do rio a ser afetada por uma nova usina.

Levando esses pontos em consideração, a área do Madeira é classificada como a mais vulnerável não só pela construção de duas hidrelétricas de grande porte (as de Santo Antônio e Jirau, em Rondônia) nos últimos anos, mas também pelos projetos de usinas antes de o rio chegar ao Brasil, do lado da Bolívia, rumo aos Andes.

Esse detalhe é importante porque a bacia do Madeira recebe as águas ricas em sedimentos e nutrientes vindas do território andino e as passa adiante. As grandes usinas, porém, funcionam como um filtro, retendo esses sedimentos – observações de satélite analisadas pela equipe mostram, por exemplo, que a construção de Santo Antônio e de Jirau diminuiu em 20% a concentração de sedimentos suspensos na água do Madeira. O efeito deverá ser ainda maior com a multiplicação de usinas rio acima.

"O Brasil andou dando um tiro no próprio pé nesse sentido, porque incentivou os países andinos vizinhos a construir hidrelétricas para abastecer o que se imaginava que seria uma grande demanda de energia do lado brasileiro. Com a crise, essas previsões mudaram totalmente", conta Latrubesse.

No caso do rio Tapajós, o principal temor está ligado ao grande número de empreendimentos hidrelétricos (90 planejados mais 28 já em funcionamento), bem como a fatores como a falta de áreas protegidas nas margens do rio e a ocupação humana já relativamente intensa na região.

Alterações de grande porte no fluxo da água e dos sedimentos pela bacia amazônica inevitavelmente vão influenciar o que acontece no oceano Atlântico quando o Amazonas deságua nele. Podem acontecer efeitos negativos nos maiores manguezais ainda intactos na América do Sul, que ficam justamente na costa amazônica.

"Além disso, há estudos indicando que a pluma de sedimentos trazidos pelo Amazonas regula a temperatura de superfície do oceano na região e, com isso, influencia as chuvas no Caribe, na América Central e no sul dos EUA. O problema é global", resume o geólogo.

SOLUCIONÁTICA

O estudo não se limita a profetizar a catástrofe iminente, porém. Os pesquisadores propõem que só uma gestão integrada e transnacional dos rios amazônicos será capaz de evitar o mau uso desses recursos.

Para isso, o órgão ideal seria a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, que já reúne os países cujo território integra o bioma. Um painel formado por cientistas de todas essas nações poderia fornecer recomendações sobre a maneira mais racional de produzir energia, com a ajuda dos rios ou por outras fontes renováveis, como a solar e a eólica.

"Não é conversa de ecochato, é questão de fazer um plano decente, porque os das hidrelétricas que querem construir hoje ainda são os dos anos 1960 e 1970, quando a tecnologia era outra e se sabia muito pouco sobre o funcionamento da Amazônia. Os cientistas precisam entrar mais nessa discussão, e é o que estamos tentando fazer", diz o geólogo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Ciências

Autor:

Título: Mudança em parque abre caminho para garimpo

Fabiano Maisonave - Enviado Especial A Santarém (Pa)

Proposta com o objetivo declarado de "organizar e regularizar o processo de ocupação", a APA (Área de Proteção Ambiental) Rio Branco abre caminho para a

mineração e o desmatamento em uma das florestas mais preservadas do Pará. Aprovada pelo Congresso, sua criação depende agora do aval do presidente Michel Temer (PMDB).

Com 101 mil hectares e localizada no município de Trairão (PA), a APA é um desmembramento do Parque Nacional do Jamanxim, no sudoeste do Pará, que corre o risco de perder 12% de sua área.

Na proposta original da Medida Provisória 758, o parque Jamanxim perderia 862 hectares da área original, por causa da construção da ferrovia Ferrogrão. Por outro lado, teria a área aumentada em 51 mil hectares, expansão derrubada pelo Congresso. O argumento principal dos defensores da APA é que, ao permitir a ocupação humana e atividades como garimpo e pecuária, ela vai regularizar posseiros que já estão no local desde antes da criação do parque, em 2006.

No entanto o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), responsável pela administração do parque, afirma que a área da APA está praticamente intacta e que não há posseiros vivendo nela.

Caso seja criada a APA, a diminuição no grau de proteção permitirá atividades de garimpo licenciadas pela prefeitura de Trairão, município de 18 mil habitantes que sobrevive principalmente da extração ilegal da madeira e do ouro.

Em janeiro, a prefeitura foi multada pelo ICMBio por emitir uma licença de lavra dentro da Floresta Nacional de Altamira, atribuição exclusiva de órgãos federais. O megagarimpo, para extração ilegal de cassiterita, é vizinho ao parque Jamanxim e tem cerca de 6 km de extensão.

"A área é vítima de saqueio madeireiro e de uma nova onda de garimpos, nisso se resume sua ocupação. Com a APA, podemos esperar a área ser tomada por grileiros. Aos crimes ambientais que hoje acontecem se somará o desmatamento", afirma o cientista social Mauricio Torres, coautor do livro "Dono é quem desmata: conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense".

"A APA não regulariza absolutamente nada. Ao contrário, reduz uma unidade de conservação criada onde não havia ocupação de colonos para abrigar grileiros e outras atividades ilegais, diz.

EXTRATIVISMO

Morador do distrito Três Bueiros, que pertence a Trairão, o gaúcho Salatiel Antonio da Silva é uma das cerca de 180 pessoas que reivindicam uma área dentro da APA Rio Branco, mas diz que só ficam durante alguns períodos no local por causa da fiscalização ambiental.

"Eles garimpam topázio um pouquinho meio escondido, extraem açaí, palmito, copaíba, castanha, pesca", afirmou. "Aqui, ninguém está pedindo área para desmatar nem um hectare", disse Silva.

"É difícil entender o pessoal do Ibama. Já me disseram que eu não tenho direito por não ter derrubado nada. Aí eu perguntei: 'Você está me incentivando a derrubar?'. Aí outro derrubou, e aí falaram que não tinha direito e chamaram de criminoso. Quem é que entende esse povo?"

Ele afirma que comprou o direito de posse de um lote dentro do atual parque, em 1997. Com a APA, pretende reivindicar cerca de 2.500 hectares, junto com seus três filhos, de idades entre 34 e 38 anos.

CRÍTICA À REPORTAGEM

Os vereadores Francisco Gomes de Sousa (PSC-PA) e Jovenil Vargas (PPS-PA) apresentaram na Câmara Municipal de Novo Progresso (PA) uma moção de repúdio à reportagem "Redução de área protegida no PA beneficia latifúndios e até prefeito, de Fabiano Maisonnave, publicada na segunda-feira (12) na Folha.

No texto, os vereadores afirmam que são inverídicas as afirmações de que a medida provisória 756 vai regularizar e beneficiar o desmatamento e que as terras públicas foram invadidas e griladas.

Segundo os vereadores, as alterações na MP têm como finalidade a justiça social e reparar o erro da criação de reserva florestal em área já ocupada há mais de 30 anos.

A reportagem da Folha afirma que um dos beneficiados com a MP 756, que reduz a proteção de 486 mil hectares da Flona Jamanxim (PA), seria Ubiraci Soares da Silva, o Macarrão, garimpeiro e prefeito de Novo Progresso (PA) pelo PSC.

Silva reivindica 963 hectares da área. Na última quinta-feira (8), sua área na Flona Jamanxim foi flagrada, por fiscais do Ibama, com desmatamento ilegal em andamento. O prefeito tem multas somadas de R\$ 1,9 milhão por crimes ambientais.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fátima Laranjeira

Título: Petrobrás reduz preço da gasolina na refinaria em 2,3%

Diesel teve corte de 5,8%; repasse das quedas para o consumidor final, porém, depende de distribuidores e postos

A Petrobrás anunciou ontem a redução, nas refinarias, em 2,3% no preço da gasolina e em 5,8% no valor do diesel. Os novos preços estão em vigor desde a meia-noite. “A decisão reflete as variações recentes nos preços internacionais do petróleo que, depois de flutuar ao redor de US\$ 50 por barril, registrou queda sucessiva, estando abaixo de US\$ 46 por barril atualmente”, informou a estatal, lembrando que, no câmbio, depois de uma desvalorização “significativa” na moeda brasileira em relação ao dólar, a moeda americana tem flutuado em torno de R\$ 3,30.

O Grupo Executivo de Mercado e Preços (GEMP) da empresa decidiu revisar os preços dos combustíveis em períodos mais curtos, que hoje é mensal, sem alterar a regra de formação dos valores da atual política. O comitê reiterou que, “como já observado nos dois últimos movimentos de preços, os reajustes em períodos aproximados de 30 dias não têm sido suficientes para refletir as volatilidades” de preços internacionais de derivados e câmbio entre as datas dos reajustes. Na terça-feira, o presidente da Petrobrás, Pedro Parente, já havia dito que a companhia analisava a possibilidade de aumentar a frequência de reajustes de preços dos combustíveis.

Ele já tinha adiantado que a decisão estava relacionada à volatilidade do preço do petróleo e, principalmente, do câmbio. Conforme o comunicado da estatal, os novos preços continuam com uma margem positiva em relação à paridade internacional, segundo o princípio da política anunciada, e estão alinhados com os objetivos do plano de negócios 2017-2021. Liberdade. Como a lei brasileira garante liberdade de preços no mercado de combustíveis e derivados, as revisões feitas pela Petrobrás nas refinarias podem ou não se refletir no preço final ao consumidor.

Isso depende de repasses feitos por outros integrantes da cadeia de combustíveis, especialmente distribuidoras e postos revendedores. Se o ajuste anunciado ontem for integralmente repassado e não houver alterações nas demais parcelas que compõem o preço ao consumidor final, o preço do diesel pode cair 3,5%, ou cerca de R\$ 0,11 por litro, em média. Já o preço da gasolina pode cair 0,9%, ou seja, o preço do litro do combustível pode ficar R\$ 0,03 mais barato, em média. Na semana passada, a Petrobrás já havia anunciado que passaria a adotar política de revisão mensal para o preço do gás de botijão, para cima ou para baixo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Reuters

Título: Raízen deve vencer leilão por duas usinas da Tonon

A Raízen Energia, maior fabricante de açúcar do mundo, deverá vencer na sexta-feira um leilão judicial de duas usinas de açúcar pertencentes à Tonon Bioenergia, após fazer a maior oferta por elas, afirmou à Reuters nesta quarta-feira uma executiva de um grupo de produtores de cana credor da Tonon.

Fabiana Valencise Olmedo afirmou que a oferta de 823 milhões de reais apresentada pela Raízen, uma joint venture da Cosan com a Shell, foi quase o dobro da oferta apresentada pelo único concorrente que participou do leilão.

O grupo de produtores é um credor estratégico da Tonon, que tem três usinas de açúcar e etanol no Brasil e que está em recuperação judicial. De acordo com o plano de reestruturação aprovado pelos credores em abril, a empresa venderá duas dessas usinas para pagar bancos, detentores de títulos e outros credores.

O leilão está programado para a manhã de sexta-feira, em Jaú, Estado de São Paulo. Mas Fabiana Olmedo disse à Reuters que os advogados já tinham acesso às únicas duas propostas apresentadas no prazo que ia até 13 de junho, e que a oferta da Raízen era a maior.

"O leilão provavelmente será apenas uma formalidade agora, a menos que alguma outra decisão judicial venha no caminho", afirmou a executiva.

A outra oferta foi apresentada pela Suem do Brasil, uma empresa local que embala e exporta açúcar. Suem ofereceu 434 milhões de reais pelas duas usinas.

A Raízen disse na terça-feira, em um comunicado ao mercado, que apresentou proposta pelos ativos da Tonon.

Na ocasião, a empresa disse que a conclusão do negócio, caso ganhe o leilão, dependeria de condições não especificadas.

A Raízen tem 24 usinas de açúcar e etanol no Brasil. Três estão na região onde estão localizadas as duas plantas da Tonon à venda, um detalhe avaliado pelos grupos de açúcar, que buscam concentrar as operações em "clusters" para reduzir os custos de transporte da cana.

As duas usinas da Tonon, Santa Cândida e Paraíso, têm capacidade anual combinada de moagem de cana de 5,7 milhões de toneladas. A Tonon pretende manter sua terceira usina, no Estado vizinho de Mato Grosso do Sul.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Combustíveis: queda de até 5,8%

A Petrobras anunciou ontem a redução do preço médio nas refinarias em 2,3% para a gasolina e em 5,8% para o diesel. Os novos valores começam a ser aplicados hoje. Se o ajuste for integralmente repassado e não houver alterações nas demais parcelas que compõem o preço ao consumidor final, a estatal estimou que o diesel pode cair 3,5%, ou cerca de R\$ 0,11 por litro, em média, e a gasolina, 0,9, ou R\$ 0,03 por litro, em média, nas bombas.

Conforme a companhia, a decisão do Grupo Executivo de Mercado e Preços (GEMP) reflete as variações recentes nos preços internacionais do petróleo que, depois de flutuar ao redor de US\$ 50 por barril, registrou quedas sucessivas. Hoje está abaixo de US\$ 46 por barril. No câmbio, após uma desvalorização significativa na moeda brasileira em relação ao dólar, refletindo as incertezas políticas, a moeda norte-americana tem flutuado em torno de R\$ 3,30.

O comitê reiterou que os reajustes em períodos aproximados de 30 dias não têm sido suficientes para refletir as volatilidades de preços internacionais de derivados e câmbio entre as datas dos reajustes. Por isso, iniciará a prática de ajustes em períodos mais curtos, sem alterar a regra de formação de preços da atual política, para acomodar as volatilidades observadas no mercado internacional. “Os novos preços continuam com uma margem positiva em relação à paridade internacional, conforme princípio da política anunciada, e estão alinhados com os objetivos do plano de negócios 2017-2021”, disse a Petrobras, em nota.

Na opinião do especialista Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), a estatal está cumprindo o que prometeu desde que anunciou a nova política de preços em paridade com o mercado internacional. “Como o preço do petróleo derreteu, a companhia reduziu os preços no mercado interno”, afirmou.

Crise

Pires credita a queda dos preços verificada no Distrito Federal, onde o litro da gasolina pode ser encontrado por R\$ 3,15, à demora das decisões da Petrobras chegarem aos postos. “Como está havendo uma redução após a outra e há um período para as quedas chegarem às bombas, o que se vê é uma queda contínua”, avaliou. “Mas também é reflexo da crise econômica. O consumo está baixo porque todo mundo está gastando menos. Então, o dono do posto reduz o preço para ver se vende mais”, acrescentou.

Para o diretor do Cbie, as reduções em linha com o mercado internacional estão corretíssimas. “O que está errado é a política tributária do governo. Hoje, a Cide está em R\$ 0,10 por litro. Pode chegar a R\$ 0,84, mas o governo não altera. Ele deveria aumentar o imposto para arrecadar mais e tornar o etanol hidratado mais

competitivo”, defendeu. Pires argumentou que a Cide é um tributo ambiental porque o uso de etanol reduz as emissões de gases. “Enquanto houver falta de competitividade, o Brasil fica mais distante de cumprir as metas dos acordos internacionais”, afirmou.

Além disso, completou Adriano Pires, quando não vende etanol, o produtor de cana produz mais açúcar. “Como o país é o maior produtor do mundo, a maior oferta reduz o preço no mercado internacional. O governo está destruindo o valor da indústria sucroalcooleira”, alertou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Gasolina a R\$ 3,15 no DF

Com os preços dos combustíveis caindo na refinaria e a grande concorrência, os postos de abastecimento continuam diminuindo os valores cobrados nas bombas e os consumidores sentem no bolso a diferença. O litro da gasolina chega a custar R\$ 3,15 no posto ao lado do Alameda Shopping e no Petrolino, no centro de Taguatinga.

No Plano Piloto, o posto da Torre, no Setor Hoteleiro Sul, cobra R\$ 3,19 por litro do produto para quem paga em dinheiro. No cartão, o valor é de R\$ 3,29 no débito e de R\$ 3,39 no crédito. O motorista do Uber Carlos Eduardo da Costa Pereira, 35 anos, comemora: “a gasolina é o básico para o meu trabalho, só abasteço onde tem promoção”, contou.

Para não perder a viagem, Pereira aproveita as corridas próximas de estabelecimentos com preço mais em conta para abastecer. “No fim do mês, consigo economizar mais de R\$ 100”, afirmou. “Os empresários entenderam que não vale a pena ficar com o produto parado, sendo que o posto do lado cobra menos.”

Gerentes de postos confirmam que a concorrência está forçando a queda dos preços. “Estamos acompanhando os valores dos outros postos, mas nem sempre compensa igualar. Depende do quanto da margem de lucro o dono quer abrir mão e de quanto pagou pelo combustível”, explicou João Rocha, gerente do posto Sargedyn, em Taguatinga.

A dona de casa Cléo Tavares, 28 anos, contou que, como o carro é usado por todos em casa, ela, o marido e a cunhada fazem uma vaquinha para encher o tanque. “Levamos e buscamos as crianças na escola todos os dias. Gastamos

muito com combustível. Por isso, vim pela promoção, estou abastecendo a R\$ 3,29 nos últimos dias e hoje está bem mais barato”, disse.

“Qualquer centavo faz diferença para quem usa muito o carro, como eu”, opinou o produtor Pedro Russo, 25 anos. Para ele, a redução é também reflexo da intervenção do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que desmontou um cartel nos postos de Brasília.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Veículos

Autor: Fernando Calmon

Título: Nota

Etanol

Terceiro Simpósio de Eficiência Energética, Emissões e Combustíveis organizado em São Paulo, semana passada, pela AEA (Associação Brasileira de Engenharia Automotiva) destacou a proposta de Ricardo Abreu, da Mahle, sobre a possibilidade de produção de etanol com menor teor de água (1% apenas). Possibilitaria motores flex de maior desempenho e economia.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião

Autor: Ari Cunha

Título: Universalizar a produção de energia elétrica é a saída

Pelo disposto na Lei nº 9.991, de julho de 2000, “as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, setenta e cinco centésimos por cento de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, vinte e cinco centésimos por cento em programas de eficiência energética no uso final”.

Por esse critério, investimentos em outras formas de produção de energia ainda demandarão muitos anos para apresentarem resultados minimamente satisfatórios. Embora a Resolução Normativa nº 482, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), permitindo a instalação do sistema solar fotovoltaico e a utilização dessa energia pelas concessionárias, esteja em vigor há cinco anos, ainda é extremamente tímida a utilização dessa forma modalidade de geração de energia elétrica no Distrito Federal.

As razões vão desde o alto custo ainda cobrados por esses equipamentos individuais até, e principalmente, o desinteresse que tem demonstrado o Governo do DF e do restante do país, com o desenvolvimento e universalização dessa nova forma de geração de energia. Não se compreende que, numa época em que boa parte das usinas hidroelétricas do país se queixa dos baixos volumes de água em suas represas, ainda não existam incentivos significativos para a expansão e a popularização dos painéis solares a exemplo do que vem sendo realizado em larga escala em outras partes do mundo.

Para alguns entendidos no assunto, o motivo estaria no receio de que as empresas que operam na geração e distribuição de energia tradicionais estariam receosas de perderem mercado e, portanto, renda, com a popularização dos painéis solares individuais. Para se ter uma ideia o primeiro gerador fotovoltaico do DF foi instalado, conforme reconhece a própria CEB, apenas em 2011, na Embaixada da Itália. À época, houve insistência do governo daquele país, que estava interessado em reduzir gastos no consumo de energia de sua representação.

Além de não interessar ao GDF e muito menos aos representantes da população com assento na Câmara Distrital, a CEB cuida para que a instalação desses equipamentos nas residências se submetam a processo burocrático que obriga o consumidor a exportar a energia gerada excedente à rede, cobrando uma Taxa de Disponibilidade, acrescida ainda da Taxa de Iluminação Pública (TLP).

Não se compreende ainda a razão de o GDF postergar o estímulo a todos os prédios públicos da capital para que sejam alimentados exclusivamente por energia solar. De preferência vislumbrando o princípio da economia, não o lucro. A prioridade agora deveria ser a produção de energia abundante, barata e limpa e não a lucratividade e os altos salários dos burocratas dessa empresa.

MME / ASCOM .